



Seminário Europeu

POBREZA E EUROPA: QUE FUTURO?

Porto, 12 e 13 de Novembro de 2002

Casa Diocesana de Vilar

Começo por agradecer à mesa e aos vários oradores convidados, que estarão connosco ao longo do dia de hoje e amanhã para conjuntamente reflectirmos sobre o futuro da Europa, tendo como ponto central da nossa discussão a problemática da pobreza e da exclusão social.

Pessoalmente, enquanto Presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal quero esclarecer, em primeiro lugar, o motivo pelo qual decidimos realizar este evento, neste momento, tendo como pano de fundo o tema da pobreza.

A realização do evento prende-se com uma opção estratégica assumida pela Direcção da REAPN que decorre da constatação de que a pobreza e exclusão social (que atinge, em Portugal, cerca de 23% da população, isto é mais de 2 milhões de portugueses), numa política capitalista neo-liberal, corre o risco de ser indesejada e/ou ignorada.

Ora, sendo nossa convicção que uma sociedade só pode crescer, em termos económicos e sociais, se for garantida a coesão social, a igualdade de oportunidades, os princípios da cidadania e justiça social para todas as pessoas, não podemos considerar os problemas de pobreza e exclusão como assuntos de menor importância. São, isso sim, questões de primeira linha, e, escamotear ou tentar sublimar estes problemas, sob o pretexto de que estamos a enfrentar um período de crise económica e que temos que garantir os critérios de convergência da União Europeia, é apenas adiar e agravar uma situação que, essa sim, terá repercussões em Portugal e na União Europeia, enquanto seu membro.

Retomando o nosso propósito, consideramos de toda a pertinência a realização deste evento no actual contexto económico e político nacional e europeu.

A nível nacional, porque esperamos desta forma sensibilizar os órgãos de decisão para a importância de incorporar medidas de inclusão social nos programas de acção dos vários Ministérios, dentro de uma lógica de *mainstreaming*. A existência de uma estratégia global de promoção da inclusão social é um ponto central pelo qual nos debatemos.

As medidas de política social não devem ser relegadas para segundo plano face ao actual cenário económico nacional, devendo existir uma forte articulação entre as políticas e transversalidade entre os sectores, sob pena de as respostas existentes (ou inexistentes) não atingirem os níveis de eficácia que se pretende, isto é debelar o problema da pobreza e da exclusão social. Falando concretamente do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, que resulta de uma directriz comunitária assente na Estratégia Europeia de promoção da inclusão social, as metas definidas neste Plano são bastante arrojadas. No entanto, resta saber se os instrumentos estão a ser postos em prática e se há uma consciência real das implicações deste Plano no futuro de Portugal e da União Europeia como um todo, em termos de coesão social.

A nível europeu, a pertinência deste Seminário decorre da constatação de alguns sinais de retrocesso em termos das conquistas alcançadas com a Cimeira de Lisboa de 2000.¹

A construção de uma Europa para todos os cidadãos deve continuar a ser uma prioridade para as instâncias europeias e para os respectivos Estados-membros. Congratulamo-nos de resto com algumas acções que foram já encetadas nesse sentido, como é o caso dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, do Programa Europeu de Combate à Exclusão, da 1ª Mesa redonda europeia sobre pobreza e exclusão social que se realizou sob a égide da Presidência Dinamarquesa da União Europeia no passado mês de Outubro (17 e 18), e a Convenção sobre o Futuro da Europa.

A REAPN salienta dois marcos muito importantes nos avanços realizados pela União Europeia para a promoção da inclusão; referimo-nos à Estratégia Europeia para o Emprego (decorrente da Cimeira do Luxemburgo, em 1997) e posteriormente à Estratégia Europeia de Promoção da Inclusão (decorrente da Cimeira de Lisboa de 2000). Segundo uma avaliação realizada pela Comissão à

¹ A Cimeira de Lisboa estabeleceu como objectivo estratégico para os próximos 10 anos: *fazer da União Europeia uma economia baseada no conhecimento, mais competitiva e dinâmica, capaz de um crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos, e mais coesão social.*

Estratégia Europeia para o Emprego, verifica-se que o desempenho do mercado de trabalho na União Europeia melhorou visivelmente ao nível da criação de emprego, com mais de 10 milhões de novos postos de trabalho criados desde 1997 (6 milhões ocupados por mulheres) e menos 4 milhões de pessoas desempregadas. De referir que estes números reflectem também o crescimento económico que se fez sentir nesse período.

O binómio emprego/desemprego está intimamente ligado ao processo de alargamento aos países da Europa de Leste e Central que, neste momento, é uma realidade, depois do referendo realizado na Irlanda a 18 de Outubro último, onde foi dado um sim à ratificação do Tratado de Nice. Claro está que o processo de alargamento não irá ter apenas reflexos ao nível do mercado de trabalho, esta é apenas uma das faces da moeda.

As questões do emprego, do mercado de trabalho e da necessária conciliação entre a competitividade dos mercados face à globalização e ao processo do alargamento e as preocupações sociais que lhe devem estar subjacentes, serão reflectidas neste seminário através dos contributos da European Business Network for Social Cohesion e da Confederação Europeia dos Sindicatos.²

A REAPN, representando o sector não-governamental em Portugal de combate à pobreza, e envolvendo-se fortemente na sua dimensão europeia, procura com esta iniciativa associar-se à realização de um evento da EAPN (a formação), rentabilizando desta forma a presença dos participantes das 15 redes nacionais para re-equacionar a importância das políticas de combate à exclusão e avaliar aquilo que se tem feito até ao momento.

Procura acima de tudo colocar em cima da mesa algumas preocupações de fundo que considera de extrema importância e cujo contínuo esquecimento poderá conduzir a custos sociais elevadíssimos.

² A Confederação Europeia dos Sindicatos, nos contributos que apresentou para a Convenção Europeia, que foram adoptados pelo Comité Executivo da ETUC a 9 e 10 de Outubro último, refere que os objectivos centrais da União Europeia devem basear-se na construção de uma Europa baseada na paz, liberdade, democracia, direitos fundamentais, solidariedade, justiça social e igualdade, pleno emprego, qualidade do trabalho, coesão social e territorial, bem-estar e prosperidade, e fundada sob princípios do modelo social europeu, serviços de interesse geral e um mercado único social. Referem ainda que o mercado único e a moeda única são elementos chave da integração europeia, mas esta não pode ficar confinada a estes instrumentos; a integração europeia deverá incluir uma união social e uma governança económica europeia e uma união política assente em instituições democráticas e efectivas e num pleno reconhecimento dos direitos civis e sociais.

Como primeiro motivo da nossa preocupação saliento o aparente paradoxo entre uma taxa de desemprego relativamente baixa em Portugal (segundo os últimos dados do INE, relativos ao segundo trimestre de 2002, a taxa de desemprego era de 4.5%), que contrasta com uma das mais altas taxas de pobreza ao nível da União Europeia (23%). O que significa que a população que se encontra empregada em Portugal é largamente afectada pela pobreza (os chamados working poor).

As duas principais causas económicas de pobreza em Portugal decorrem assim de baixos salários e de baixas reformas; o que significa, em última análise, que o nosso sistema educativo e de formação profissional, bem como as características do nosso mercado de trabalho e o sistema de segurança social necessitam de uma séria re-estruturação. É nossa convicção que o sistema educativo está na base da ruptura do chamado ciclo vicioso da pobreza e para tal é necessário reformar este sector, tendo em conta os novos desafios que se colocam em termos europeus e mundiais (a globalização, o alargamento).

Uma outra questão que se encontra na mira das preocupações da REAPN e que queremos hoje deixar aqui expressa, prende-se com a mobilidade geográfica inerente aos fluxos migratórios. Para além de repercussões ao nível do emprego, a mobilidade geográfica dentro e fora da União Europeia tem importantes implicações a nível social e cultural.

Em Portugal, os números apurados até 31 de Maio de 2002 (INE) revelam a existência de 388.258 estrangeiros legais (na sua maioria provenientes dos países de Leste - Ucrânia, Roménia, Moldávia e em segunda instância do Brasil).

Segundo os últimos dados há perto de cem mil imigrantes clandestinos; uma questão central que está em cima da mesa é saber de que forma se vai resolver a situação destes novos imigrantes. O projecto de lei do Governo, tal como aliás a lei em vigor, prevê que os estrangeiros já venham para Portugal com um visto de trabalho emitido no país de origem, e não se abra nenhum novo processo de legalização dos ilegais no país. O que é obviamente complicado, tanto pelo que implica de expulsões de clandestinos (que custam uma fortuna ao Estado), como pela ausência de consulados estruturados na maioria dos países de origem e pelo tempo necessário para a emissão de um visto (vários meses).

Acresce a isto o facto dos serviços responsáveis (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o IDICT) não saberem neste momento como lidar com o assunto,

pelo que se mantém em vigor a resolução do Conselho de Ministros de 30 de Novembro de 2001, que "fechou" as possibilidades de legalização para todos os estrangeiros extra-comunitários que tenham chegado depois dessa data.

Também a este nível esperamos uma solução concertada e que esteja adaptada aos novos desafios que se colocam com o alargamento.

Um outro problema que se afigura sombrio a médio prazo e que de certa forma se relaciona com o anterior é o do envelhecimento da população.

Em 2000 havia na União Europeia 61 milhões de idosos com idade igual ou superior a 65 anos, que representam 16% do total da população europeia, em Portugal esta taxa é de 16.4%.³

Se mantivermos esta tendência de envelhecimento, e se não se apostar numa política de apoio à família, com incentivos específicos (incentivos à natalidade, protecção da infância, medidas que incentivem a conciliação entre a vida familiar e o trabalho, aposta no ensino pré-escolar) teremos sérios problemas, quer ao nível do emprego, porque a população activa tende a diminuir face aos dependentes, quer ao nível do sistema de protecção social (porque aumentará consideravelmente a proporção dos gastos da despesa pública com as reformas).

Assim, a mão-de-obra imigrante pode ser uma alternativa muito útil, mas importa definir uma política de imigração que favoreça o acolhimento dessas populações e que permita uma plena integração na sociedade portuguesa, pelo acesso aos serviços sociais, à habitação, à educação e à saúde. Não poderemos continuar a fazer de conta que essas pessoas não estão cá, porque elas trabalham e contribuem para a produção de riqueza do país e devem ser criadas as estruturas necessárias para que não persista a segregação do mercado de trabalho⁴.

Relacionado com a questão do envelhecimento da população está uma questão central para nós: a da saúde. A política de saúde deve ser encarada como uma política social que favorece uma sociedade mais justa e solidária.

³ Fonte EUROSTAT, estatísticas demográficas

⁴ A grande maioria dos nacionais de países terceiros exercem as actividades menos qualificadas e menos bem pagas do mercado de trabalho.

A esperança de vida continua a aumentar nos Estados-membros, sendo em Portugal, e de acordo com dados de 1999, de 71.7 anos para os homens e de 78.9 anos para as mulheres.

O aumento da esperança de vida é, com toda a certeza, resultante de importantes ganhos em saúde.

Fazendo um retrato breve da situação da saúde em Portugal, somos todos unânimes em considerar que o atendimento hospitalar e nos centros de saúde é moroso, ineficaz e, por vezes, desumano. Por outro lado, as despesas com os medicamentos são as mais altas da Europa (os medicamentos genéricos continuam a não ser a norma de prescrição médica). Também ao nível das baixas por doença Portugal lidera, o que tem repercussões em termos da despesa pública, enfraquecendo o sistema de protecção social.

A reforma do sector da saúde que está em curso assenta, sobretudo, numa estratégia de privatização do sistema de saúde, dentro de uma lógica de mercado. Resta saber se esta opção irá contemplar as populações mais desfavorecidas que não têm acesso muitas vezes sequer ao Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Deixo estas preocupações /interrogações em aberto que espero possam servir de alerta e ajudar a focalizar as intenções de acção na luta contra a pobreza e a exclusão social.

Como nota final não deixarei de insistir nas grandes linhas de intervenção da REAPN.

No actual contexto, a REAPN, enquanto Organização Não Governamental, de âmbito nacional tem por missão reforçar a sociedade civil organizada, despertar as consciências, alertar para os problemas sociais, com base em diagnósticos credíveis.

Porque consideramos que o conhecimento, a informação são uma pré-condição necessária para o exercício da democracia, apostamos cada vez mais no apoio sistemático às organizações de base local que, estando mais próximas dos problemas das pessoas em situação de desfavorecimento, são capazes de uma forma mais eficaz ajudar essas pessoas a encontrar mecanismos de resolução dos seus problemas (princípio da subsidiariedade).

Na linha de pensamento defendida no último Relatório do Desenvolvimento Humano: *“os países só podem promover o desenvolvimento humano para*

*todos quando tiverem sistemas de governo que sejam inteiramente responsáveis perante todas as pessoas – e quando todas as pessoas puderem participar nos debates e nas decisões que moldam a sua vida*⁵.

No nosso país, que em muitos aspectos se encontra na cauda da Europa, ⁶ importa investir nas pessoas, na sua educação e formação, fomentando uma consciência crítica, um agir autónomo, em suma, uma “governança democrática”, no sentido que é referido no mesmo Relatório.

Consideramos também como um eixo prioritário o reforço de uma democracia participada, que implica uma co-responsabilização de todos os cidadãos na determinação dos destinos de uma sociedade, ou seja, uma aposta no diálogo civil e a consciencialização de que as Organizações Não Governamentais desempenham um papel fundamental na sociedade e devem ser tidas como parceiros fundamentais do poder político.

Dentro desta linha, defendemos que a população vítima de exclusão social seja cada vez mais envolvida plenamente no seu processo de integração social, e que, usando uma linguagem teatral, esses indivíduos deixem de pertencer ao público espectador e passem a fazer parte do grupo dos actores.

A participação dos próprios desfavorecidos deve ser uma metodologia e não apenas uma intenção pontual ou meramente verbalizada nos discursos e projectos.

Referimo-nos no fundo à possibilidade de cortar com os círculos viciosos da pobreza – porque, e de acordo com palavras proferidas por Bruto da Costa na Mesa Redonda que organizamos no passado dia 17 de Outubro, a grande parte da intervenção social que se faz ataca o problema da privação (com medidas de emergência social), mas não chega a debelar o problema da falta de recursos, ou seja, não cria as condições para que as pessoas vítimas de exclusão se tornem auto-suficientes.

É sobretudo a este nível que tudo, ou quase tudo, está por fazer e onde radica a grande revolução em termos de intervenção social, muito embora os esforços e as iniciativas que têm sido encetadas pelo sector não governamental nos vários Estados Membros (onde a Irlanda se destaca em termos de boas

⁵ In Relatório do Desenvolvimento Humano 2002, pp.3

⁶ Pese embora uma baixa taxa de desemprego e um nível elevado de emprego, a taxa de risco de pobreza permanece elevada (23%, segundo os dados do Eurostat relativos a 1997). A pobreza persistente continua também a ser elevada: 15% da população viveu três anos consecutivos abaixo do limiar de 60% do rendimento mediano.

práticas). Como defende Amartya Sen no seu último livro, a questão central da pobreza radica na negação da liberdade.

Assim, e para terminar faço votos de que nos próximos anos possamos repetir momentos como este, mas tendo como pano de fundo um cenário mais optimista. Cenário esse baseado no trabalho em rede e na plena consciência de que caminhamos para a construção de uma Europa Social onde as várias instâncias políticas, sociais e económicas, a nível europeu, nacional, regional e local devem assumir como única metodologia possível um trabalho concertado, articulado, baseada no diálogo e na participação.

Resta-me agradecer a um conjunto de entidades que aceitaram o nosso desafio e permitiram concretizar este evento. Refiro-me ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho, à Administração dos Portos do Douro e Leixões, ao Banco Português de Investimento, à Câmara Municipal de Gaia e à Câmara Municipal do Porto.

Pe. Agostinho Cesário Jardim Moreira
Presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal
Novembro de 2002